contra aqueles que presumia afetos à causa da Independência". Proclamada esta e estando o padre Tezinho já em Portugal, Costa Soares recusou-se a aceitá-la, sendo expulso do país: O Conciliador foi substituído, sob a nova Junta, pela Gazeta Extraordinária do Governo Provisório, distri-

buída gratuitamente até 1824.

Em Pernambuco, a inquietação política teria reflexos também no aparecimento de periódicos, além da Aurora Pernambucana, desaparecida em setembro de 1821. Na oficina da antiga Casa do Trem, que a Junta Governativa ampliaria, apareceu, a 8 de dezembro, a Segarrega que, circulando ora uma ora duas vezes por semana, durou até 27 de outubro de 1823, dirigida por Felipe Mena Calado da Fonseca. Antigo revolucionário de 1817, português de nascimento, Mena Calado era liberal: como a maioria dos liberais da época, acompanhou a princípio a orientação da Corte de Lisboa, defendendo a união dos dois países, sob regime constitucional que preservasse os interesses brasileiros e os princípios da liberdade, aderindo ao governo do Rio de Janeiro depois, quando a separação se tornou inevitável.

Não compreendia como homens que se batiam pela liberdade na metrópole a negassem aos da colônia: "perdido o caminho da liberdade, não convém a portugueuses voltar o rosto; franqueá-lo aos mais e fazer que o pavilhão tremule sobre a mais erguida grimpa do templo da perfeição, eis o nosso dever". Tentando orientar-se na confusão posterior, quando a direita assumiu o domínio da Independência, suspendeu a circulação do jornal e refugiou-se no Ceará, após a dissolução da Constituinte. Cinco dias depois do aparecimento da Segarrega, a 13 de dezembro de 1821, começou a circular no Recife também O Relator Verdadeiro, de que apareceram dez números, entre aquela data e 25 de maio de 1822, a prazos irregulares. Dirigido pelo padre Francisco Ferreira Barreto, absolutista apaixonado, foi uma espécie de órgão oficial da Junta Governativa sucessora de Luís do Rego, integrando-se, assim, na imprensa áulica.

Na Corte, a 8 de dezembro de 1821, aparecia o primeiro número da publicação de Silva Lisboa Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum, cujos cinco números circularam, sem o nome do autor, nas semanas entre aquela data e 5 de janeiro de 1822. Tratava-se, para Silva Lisboa, com esta publicação cujas semelhanças com as características da imprensa periódica foram vagas, de "formar cidadãos úteis à Igreja, à pátria e à humanidade". Exemplo de tentativa frustrada, muito repetida nessa fase, foi a do Despertador Brasiliense, de Francisco de França Miranda, que só tirou um número, em dezembro de 1821, combatendo com veemência a decisão das Cortes de fazer o príncipe D. Pedro recolher-se a Portugal, decisão que